

Edição italiana feita em Florença a 26 de outubro de 1493. Formato em 4.º, com 8 páginas. De começo: **La lettera dellisole che ha trovato nuovamente il Re dispagna**. Reprodução do poema de Dati. Exemplar único existente no Museu Britânico.

Edição italiana feita em Florença em 26 de outubro de 1495. Formato em 4.º, com 8 páginas. Reprodução do poema de Dati. E' conhecido um único exemplar na Biblioteca Trivulziana de Milão. De início: **Isole Trovate Novamente Per el Re Di Spagna**.

Edição italiana feita em Florença a 26 de outubro de 1495. Formato em 4.º, com 8 páginas. De início: **La letera dellisole che ha trovato nuovamente el Re dispagna**. Reprodução do poema de Dati. São conhecidos dois exemplares: um na biblioteca de Henry F. Huntington e outro na de Pierpont Morgan.

Inegavelmente o Autor reproduzindo em fac-símiles as 17 edições da famosa carta de Colombo anunciando o feliz resultado da sua primeira viagem ao ocidente, presta um relevante serviço aos estudiosos das primeiras páginas da História do Novo Mundo.

Oxalá continui Carlos Sanz a nos revelar e a reproduzir em fac-símile a preciosa documentação existente nos arquivos, bibliotecas e museus, notadamente da Europa, porque de que necessitamos não são de conjecturas mas de hipóteses como aquela da "política de sigilo" dos monarcas portugueses, mas sim de fidedigna documentação.

T. O. MARCONDES DE SOUZA

*

* *

STEIN (Stanley J.). — **The Brazilian Cotton Manufacture Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950**, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1957, xii, 273.

A História Econômica do Brasil deve a Stanley J. Cotten duas magníficas análises: seu estudo sobre Vassouras (**Vassouras. A Brazilian Coffee County, 1850-1950**, Cambridge, Mass., 1957) e o aqui em consideração. Neste último traça as origens e o crescimento da indústria textil brasileira, ressaltando, em suas minúcias, os aspectos peculiares da industrialização numa área subdesenvolvida.

O autor, numa primeira parte que abrange o período formativo, estendendo-se de 1840 a 1890, ou mais precisamente 1892, nos mostra as dificuldades encontradas pelos empresários interessados na implantação, no Brasil, da indústria textil do algodão e o heroísmo desses pioneiros que teimavam em dotar o país de uma estrutura industrial. As transformações econômicas da década de setenta vêm estimular o desenvolvimento industrial e fábricas de tecidos de algodão surgem no Norte, Centro e Sul. Dada a crescente importância econômica do Centro-Sul, graças ao café, é essa área que particularmente se beneficia com a rápida expansão de empresas têxteis em Minas Gerais, São Paulo e especialmente nas cercanias do Rio de Janeiro. O papel preponderante dos portugueses no co-

mércio importador de tecidos, setor em que pouco a pouco suplantaram os ingleses, levou-os a subsidiar a indústria textil local, fornecendo crédito e apoderando-se, em troca, com exclusividade ou quase, da comercialização e distribuição da produção. Os portugueses tornaram-se, assim, nessa época, elemento capital na organização textil brasileira, seja no ramo produtor, seja no distribuidor. Se, graças ao seu apóio financeiro, trouxeram estabilidade a esse setor industrial, imprimiram-lhe, por outro lado, a marca de sua mentalidade conservadora. E aqui tocamos num ponto que o autor muito justamente procura realçar: a resistência de nossa indústria textil do algodão às mudanças, às inovações, conservantismo que atribui à herança legada pela estrutura social que caracterizou o Brasil no século XIX e princípio do século XX, pela aristocracia rural e pela oligarquia mercantil que contituiram o grupo dirigente da sociedade brasileira nessa época.

Sem negarmos a influência indiscutível dos padrões sociais dessa economia agro-mercantil sobre o nascente industrialismo brasileiro, não seria possível porém traçarmos as raízes desse conservantismo às nossas experiências coloniais e mesmo até Portugal? O próprio autor faz alusão a práticas mercantilistas e portanto a formas coloniais, ao salientar a freqüente dependência da indústria em relação aos auxílios governamentais. Nessa atitude, os industriais seguiam, apurando-os embora, os moldes tradicionais usados pelos fazendeiros e comerciantes “que reclamavam e obtinham do Estado tanto concessões como privilégios” (p. 187). De qualquer maneira verifica-se a importância desse periodo formativo que imprimiu ao industrialismo brasileiro características que irão persistir nos estágios subseqüentes.

Assim lançada, a indústria textil do algodão penetra num segundo periodo que se estende de 1892 a 1930 e que é considerado a sua “idade de ouro”, tendo em vista a depressão de 1930. Favorecida pela tarifa de 1900, pelo segundo grande boom cafeeiro e por altas margens de lucro, a indústria textil expande-se rapidamente. Acentua-se a concentração no Rio de Janeiro e São Paulo. Mas depois da primeira grande guerra, pequenas fábricas começam a dar preferência à zona rural e cidades do interior em razão do menor custo da mão-de-obra e facilidade de matéria prima. O resultado da expansão foi a saturação do mercado e a crise.

Em crise a indústria textil do algodão atinge o seu terceiro estágio (1930-1950) quando, então, as forças inovadoras começam a se fazer sentir, embora os elementos conservadores não sejam eliminados. A indústria que já despontava como força política, acelera, na década de trinta, sua ascendência sobre o governo. O autor chama a atenção para a tendência do pensamento industrialista, do momento, em defender o conceito de estado corporativo e colaborando ativamente para a formulação da política governamental sob Vargas. Afirma mesmo que só levando em consideração essa colaboração é que se pode compreender bem os decretos getulistas que objetivavam solucionar a pretensa “super-produção” dos tecidos de

algodão. Reconhece, porém, que, além da influência das associações industriais, Vargas era também poderosamente orientado pela pressão das classes média e trabalhadora. Em suma, eram todos os segmentos urbanos que se erguiam, ávidos de se alçarem afinal ao poder. Frustrados em seus anseios pela primeira República que se anunciara tão promissora, mas que falhara em suas promessas, os elementos urbanos, agora reforçados e mais poderosos em face de uma lavoura exaurida e individada, estavam dispostos desta vez, a não deixar escapar o fruto das transformações por que passara o país.

A segunda guerra mundial traz à indústria textil do algodão, no Brasil, a prosperidade e uma efêmera preeminência na América Latina. A impossibilidade de renovar rapidamente seu maquinário impediu-a de conservar seus mercados. Preocupado com o mercado externo, o industrial de tecidos pouca atenção dispensava ao mercado interno cujo consumidor, por seu lado, acusava o industrial de ganância. “A insistência da indústria na exportação a fim de salvá-la dos malefícios da suposta super-produção, reabriu as questões do grande debate da década de trinta que a prosperidade do período de guerra temporariamente, pusera de lado” (. 179). Retornava-se ao impasse que desafiava a capacidade inovadora dos industriais brasileiros. A mudança, entretanto, esbarrava-se na atitude tradicional que consistia em recorrer ao governo ao defrontar-se com dificuldades. Mas não revelaria essa atitude, não uma ausência de “capacidade criadora” mas, antes, a natural impotência de um ramo da economia em face de uma estrutura sócio-econômica arcaica que este ramo por si só, sem o auxílio governamental, não conseguia transformar? A própria incapacidade em manter o mercado externo pela impossibilidade de renovação do maquinário evidencia a complexidade do problema e a necessidade de um harmonioso entrosamento dos diversos elementos de uma economia, já por si de delicado funcionamento, quanto mais em se tratando de um país com a heterogeneidade do Brasil cujas regiões apresentam os mais díspares estágios de desenvolvimento.

Stein reconhece, entretanto, a importância da intervenção estatal como fator decisivo do nosso desenvolvimento industrial e encontra mesmo aspectos positivos em períodos de desregramento inflacionista como aconteceu na época do Encilhamento. Como vemos, são oportunas as questões abordadas por essa autorizada e importante análise da nossa indústria manufatureira do algodão.

NÍCIA VILELA LUZ

*

* *

Memórias do Marechal de Campo Visconde Montgomery de Alamein, K. C. Ibrasa. São Paulo, 1960. 495 pp., 4 planchas e 14 mapas.

Trata-se de um livro de memórias muito interessante, pois o seu autor foi das figuras mais proeminentes da 2.ª Guerra Mundial (1939-1945). É interessante porque através desse volume, aliás mui-